

Telequete total

Cândido Mendes

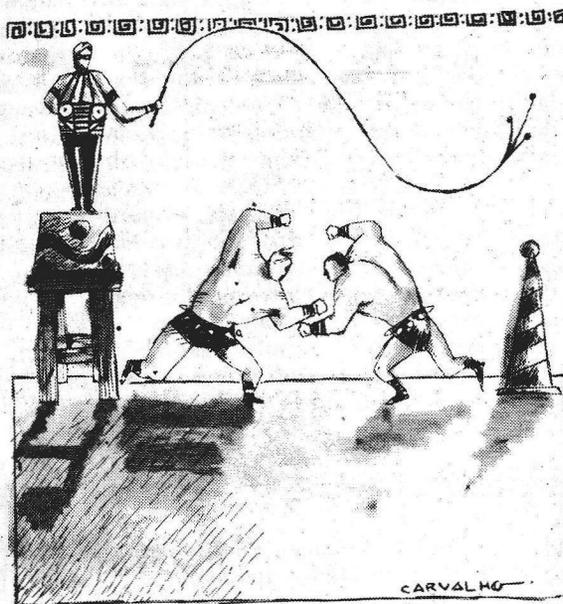
Horas a fio, sem cortes, em momento inspirado do governo Itamar, a Radiobrás nos entregou os depoimentos caudalosos da máfia do Orçamento. Não viu quem não quis, no cenário desmesurado, varando madrugadas, mexendo de novo no nervo doído das mobilizações nacionais, mal descansadas do chuço do impeachment. Diante dos depoentes-móres o cansaço é nosso. Não nos dá rescaldo a abominação desfiada, como quem extrai do ventre das instituições a tênia imemorial e alojada. A das emendas sobre emendas dos donos do poder a drenar, na lei de meios, a coisa pública para a coisa nostra. A maratona de 14 horas seguidas pode

levar-nos ao bocejo no circunlóquio das questões de ordem ou do anticlímax do que se diga frente ao que sabe todo o País. Estamos diante do telequete cívico, de quem se defende sabendo do ritual das escusas, e de quem ataca na coreografia espera da sem bisturi em novo nervo da intriga. Deparamos muito mais um exorcismo consentido do que um inquérito. Os "não sei", ou "explicarei depois", ou "não me lembro" condizem com o mais conhecido e frouxo dos repertórios da culpabilidade que entra pelos olhos. No outro pólo argüi quem está mais interessado em bater o ponto cívico, que permitir o avanço regrado, metódico das descobertas.

A incriminação dos anões depreende-se dos silêncios e do não-dito, e não da materialidade das provas, do processo e dos tribunais, para além da sanção, já, da opinião pública. Não precisaria o País da prova material subsequente, diante da que nasce do jogo global de atitudes e da lógica da razão suficiente que descerrou a Nação a trama da máfia orçamentária. Diante das malas de dólares e da paga da defraudação gigantesca basta-nos, nas madrugadas brancas, de tevê ligada, a queda do pano coletivo de uma era, e não o fa-

latório evasivo de anão, após anão. Da montanha de nexos gritando por indícios, vamos à digestão grossa da República, e à sua ruminação ancestral da pilhagem orçamentária. Bem haja o deputado Fiúza a mostrar-nos esse parasita das entranhas abissais de nossos dinheiros públicos, cego e intransitivo: "ninguém sabe afinal quem pagou, quem recebeu".

Onde pára a Comissão de Inquérito? Aflige-se Jarbas Passarinho no declive abaixo do Congresso prescrito. É cada vez mais vã a nossa expectativa de que todos deixem de fazer o que se espera, no telequete total, no faz-de-conta de uma culpa coletiva. Essa que vem das tolerâncias gerais, das desmemórias com a pilhagem feita costume e a compar-



saria anônima, reforçada pelos mi-mos e amenidades dos bilhetes e do "meu querido" como vocativo. Se se quer virar a página do atual escândalo, reconheça-se que o Poder Legislativo, em matéria de sua específica competência, não pode deixar de estar exposto aos mesmos controles externos que se quer hoje trazer ao Judiciário. Nenhum parlamentar denunciou a tessitura da corrupção, não obstante sua contumácia, protegida pela camaradaria e pelas pressões da licitude do trabalho interna corporis de um poder da República. Quebrou essa ormetá objetiva o funcionário réprobo, empurrado a outro círculo dantesco de opró-

brio e análise de cálculos e benefícios, num jogo de literal perigo de vida.

Nossa arena cívica e global requer patíbulo bem maior que o aberto para os culpados que lhe possa oferecer ostensivamente o Congresso. Mal presentimos o enorme caminho da cruz que ora se abre para o Legislativo por maiores os refrigérios repentistas de Jarbas Passarinho, que acredita estar-se ainda diante de um clube fechado da apresentação nacional, e seu foro de chistes e amenidades. Acusados e inquiridores repetem as suas deixas cansadas sem atentar à mudança de escala em que os fita a Nação. Viramos uma página na nossa qualidade cívica.

Nas mesmas horas em que o mal-estar nacional explode em Brasília, reconhecemos também como só nos comove como um espanto jurássico o paleo-crime do governador da Paraíba. Refaz a saga de João Pessoa para nos mostrar como a justificativa cívica da defesa privada da honra só pode sobreviver nos grotões pré-glaciares dos donos do poder, e suas escusas monstruosas ao império da lei. Nosso é o tempo em que as novas passeatas da cidadania vão ao centro da Praça dos Três Poderes, até há poucas semanas visto ainda como remate da crença nas instituições. Este congresso de boca na botija orçamentária não tem mais tempo histórico para oferecer outra face à credibilidade pública, ou entregar-se à gula da revisão.

A nova impaciência brasileira se regula pelos tempos regulamentares do senador Passarinho, desatento ao metrônomo do nosso desejo de mudança. O Congresso não evacua mais as galerias em que o País se fixou na telinha, sobre o rito da incriminação do óbvio. E espera que os partidos de esquerda, saídos incólumes da grande purgação, possam ser ainda fiadores da credibilidade parlamentar, até o deslinde do voto de 1992, finalmente plebiscito entre os Dois Brasis.

■ Cândido Mendes, secretário-geral da Comissão Brasileira Justiça e Paz e presidente do Conselho Superior de Ciências Sociais (Unesco), é membro da Academia Brasileira de Letras.

CORREIO BRAZILIENSE